

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFLEXÕES SOBRE O (CISHETERO)PATRIARCADO E DOMINAÇÃO MASCULINA: a emergência das mulheres negras como sujeitos ontológicos de novos universos emancipatórios

Flávio Pereira de Oliveira¹Ana Cristina Nascimento Givigi²

RESUMO

O texto em tela, de caráter bibliográfico, mobiliza o debate sobre a dominação masculina e suas configurações históricas, elegendo a discussão sobre o patriarcado, seus limites e possibilidades como categoria analítica para a compreensão do binarismo de gênero, da violência racial e da posição de classe que nutre a (re)produção do capitalismo, em sua fase imperialista. Entendemos que as relações sociais atualizam as violências como parte essencial da produção de capital, subtraindo e mitificando seres femininos, ao passo que as priva de quaisquer benefícios na sociedade colonial. Outrossim, propomos como problemática o diálogo com as intersecções entre gênero, raça e classe para gerar aproximações entre método e ontologia e, desta feita, buscar no legado ancestral de mulheres negras e indígenas as estratégias de outros modos de inteligibilidade do capitalismo. Atentamo-nos para os efeitos que o cisheteropatriarcado produz e, para os enfrentamentos a ele, realizados pelas mulheres negras, que se colocam como novas enunciadoras de universos emancipatórios. Apontamos para necessidade de pontos de inflexão no materialismo histórico dialético por meio do debate com a decolonialidade e feminismo negro, anunciando a emergência de outras narrativas no interior do feminismo, que torne possível um outro mundo para mulheres e homens.

Palavras-chave: patriarcado ; interseccionalidade ; dominação masculina

ABSTRACT

The text on screen, of a bibliographic nature, mobilizes the debate on male domination and its historical configurations, choosing the discussion on patriarchy, its limits and possibilities as an analytical category for understanding gender binarism, racial violence and the position of class that nourishes the (re)production of capitalism, in its imperialist phase. We understand that social relations actualize violence as an essential part of capital production, subtracting and mythologizing female beings, while depriving them of any benefits in colonial society. Furthermore, we propose as problematic the dialogue with the intersections between gender, race and class to generate

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará; Doutorando em educação/UFPeI; flavio.oliveira@ifpa.edu.br

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pós Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA; kikigivigi@ufrb.edu.br

PROMOÇÃO



approximations between method and ontology and, this time, seek in the ancestral legacy of black and indigenous women the strategies of other modes of intelligibility of capitalism. We pay attention to the effects that the cisheteropatriarchy produces and, to the confrontations with it, carried out by black women, who place themselves as new enunciators of emancipatory universes. We point to the need for inflection points in dialectical historical materialism through the debate with decoloniality and black feminism, announcing the emergence of other narratives within feminism, which make another world possible for women and men.

Keywords: patriarchy; intersectionality; male domination

1 INTRODUÇÃO

O presente texto, de cunho bibliográfico, apresenta e mobiliza o debate sobre as opressões de gênero, compreendidas como parte da estrutura de poder que integra a funcionalidade da (re)produção do capitalismo, em sua fase imperialista. Com isso, objetiva-se retomar e atualizar as violências de gênero como parte importante, diríamos essencial, da oxigenação da ordem social do capital que se pretende dominante. Entendemos por violência de gênero toda subtração gerada em razão do binarismo que, ao mesmo tempo, reorganizou forças humanas em lugares distintos e hierarquizados para maior controle social e extração de lucro para o capital. Neste sentido, ao interseccionar a raça temos um quadro mais nítido e compreensível do reposicionamento dos (in)humanos nas sociedades coloniais, o que possibilitou a mundialização do capital (QUIJANO, 2005). Assim, classificando racialmente e genereificando as populações originárias e diaspóricas, o modo de produção capitalista subjugou as mulheres às piores condições sociais possíveis, sendo elas aquelas que “não tomaram quaisquer decisões econômicas ou militares do império e muito poucas delas colheram seus enormes lucros” (McClintock, 2010, p. 22).

Nas sociedades coloniais, o capitalismo não prescinde da divisão sexual e racial do trabalho para reorganizar, sob seu controle, sociedades originárias e diaspóricas complexas. Ao compreender isto, encontramos na organização contemporânea de mulheres, sobretudo negras e indígenas, as estratégias políticas e as sociabilidades que podem nutrir o enfrentamento ao capitalismo colonial, uma

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



vez que estas persistem há séculos na América Latina. O debate que traremos parte do diálogo entre a perspectiva histórico-dialética e a decolonialidade e feminismo negro, cujo/a enunciante é o/a sujeito/a interseccional de raça, gênero e classe.

Estas sociedades se configuraram, por meio da violência e da subtração da humanidade dos seres existentes, em favor da criação da hierarquia e binarismo entre masculino e feminino, que se mostra como proposta de organização societal e da força de trabalho (LUGONES, 2008). Entretanto, essas relações, que envolvem o gênero, não raramente, “permanecem invisíveis em relação a uma análise do império” (McClintock, 2010, p. 27). Esta invisibilidade oculta uma dinâmica que foi necessária para “(...) assegurar e manter o empreendimento imperial” (idem, p. 23). Acrescenta-se a isso que a própria dinâmica do gênero e o privilégio das mulheres brancas na condução política do debate, por sua vez, obnubila as relações interseccionais entre raça e gênero, materialidade da (in)existência colonial, ao tempo em que instaura uma cumplicidade ambígua destas na constituição deste mesmo império.

Deste modo, o que estamos dizendo é que para compreender a invenção do gênero e da raça na modernidade é necessário fazer a crítica dialética das configurações das relações imperiais e descortinar as camadas da estrutura de poder que sustentam trabalho, gênero e raça como categorias analíticas estratégicas, mas também como historicidades sempre à deriva quando se quer acessar o potencial transformador da classe, da raça e do gênero. A questão é pensar como categorias que nascem da intersubjetivação violenta da modernidade colonial podem desnudar as faces opressivas desta mesma modernidade. Indicamos que a compreensão da gênese e dos limites do pensamento eurocentrado é necessária para avistarmos as possíveis estratégias políticas que foram (e são) tecidas por sujeitos subalternos não capturados pela estrutura de poder imperial. Assim, acessar o legado ancestral produzidos por mulheres, sobretudo as negras e indígenas, abre novos primas para o entendimento das disputas ontológicas e epistemológicas que estão no cerne dos modos de inteligibilidade do capitalismo (GIVIGI, 2020, 2021).

2 PATRIARCADO, POSSIBILIDADES E LIMITES

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As concepções desenvolvidas nas sociedades coloniais, que também são práticas culturais e políticas, alimentam a “superioridade” conferida ao ser masculino, que difere das também díspares relações das sociedades nativas. Para Segato (2012) há um patriarcado de baixa intensidade nas sociedades indígenas, quando comparado àquele construído pelas relações coloniais, cuja ação é de geração e tomada do espaço público, alimentado pela violência entre gêneros. Mas, nestas circunstâncias, inclusive o poder masculino sofre golpes porque os homens são dispostos de forma inferior aos brancos, complexificando as relações de gênero.

Hooks (2020) também diz das desigualdades entre mulheres brancas e negras e da impossibilidade da categoria ‘mulher’, uma construção abstrata, de dar conta da explicação da feminilidade negra. A frase ontológica que dá título ao seu livro ‘E eu não sou uma mulher?’ extraída do discurso da ativista e abolicionista afro americana Sojourner Truth, em 1951, numa Convenção em Ohio, convoca-nos a pensar naquilo que é acionado quando se pensa em ‘mulher’ e que não está presente quando pensamos na existência feminina negra. Destarte, também hooks (idem) diz das diferenças entre homens e mulheres negras nas relações escravistas americanas, descrevendo as mais qualificadas e distintas violências às quais estas últimas são submetidas em função de seus corpos, somadas ao trabalho forçado, na mesma proporção. Para tanto, ela faz uma importante distinção entre dominação e violência masculina e desejo, interditando qualquer explicação que sexualize o corpo negro feminino como explicação das violências sofridas. Não se trata de desejo, mas do estupro que está no cerne da construção do capitalismo, tanto nos Estados Unidos, quanto no restante da América. Além disso, pensar a prática sistemática do estupro como “como instrumento de terror racial” (CRENSHAW, 1989, p. 158) é vê-lo como estratégia utilizada nas colônias e avistar a necessidade de não pensar raça e gênero de modo apartado.

O pensamento e a lógica que alimenta tal racionalidade tem conseguido reconfigurar-se em diferentes tempos históricos, por meio da dinâmica das instituições públicas e privadas, chegando às sociedades do século XXI, em que peses tensões e enfrentamentos levados a efeito, principalmente, por mulheres que ousaram a “ser” e a dizer “não”, como nos lembra Paulo Freire na obra “Pedagogia do Oprimido”. Esse *modus operandis* foi se instituindo como um sistema, tal que



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Giddens (2017) abordando sobre os conceitos essenciais da sociologia, nos diz que essa relação não é natural, e dá conteúdo e forma ao patriarcado, sendo este compreendido como uma “dominação sistemática feita pelos homens sobre as mulheres em algumas ou todas as esferas e instituições da sociedade” (GIDDENS, 2017, p. 163).

Na direção disso é oportuno enfatizar que a instituição do patriarcado como termo paradigmático é um feito dos movimentos feministas na modernidade para designar esse sistema político de dominação e de fabricação das opressões. O mesmo autor sustenta que não haverá igualdade nas relações de gênero enquanto o patriarcado for e se movimentar como uma agência fenomenológica, a materialização da igualdade de gênero só acontecerá mediante o total desmantelamento do patriarcado. E, desmontar o patriarcado, implica em desmantelar o capitalismo. Contudo, a afirmação de Giddens também é elucidativa sobre a funcionabilidade desta categoria (e construção política): ela nasce com a modernidade como categoria explicativa. Assim, deve-se duvidar dela para a narrativa de sociedades pré-colombianas das Américas e latino-americanas, mesmo que não possamos falar de relações de igualdade talvez tenhamos uma demanda antropológica (SEGATO, 2015) e sociológica que requeira de nós novos conceitos para acessarmos o universo do que foi chamado de gênero.

Para Segato (2015), a lógica binária interrompe a circulação de outras racionalidades em favor da matriz heterossexual, o que gera vulnerabilidades para outros modos e posições não binárias. Lugones (2014) diz de uma história de estratégias organizativas apagadas para manutenção do vigor do capitalismo, que necessita diretamente da invenção do gênero e da raça como forma de desorganizar os princípios das sociedades da América.

Mas, segundo Lugones (2008, 2014) há uma história do gênero dentro do gênero e da raça dentro da raça. Isto nos leva a ressaltar estes espaços políticos e categorias analíticas para evidenciar os mecanismos de opressões e desigualdades entre homens e mulheres como sendo o resultado de um pensamento hegemônico e, portanto, estrutural e não natural, baseado nas nuances da biologia, sendo sua compreensão alterada a partir dos estudos feministas como sustentado por Giddens (2017). Deste modo, a movimentação em torno do gênero gera as reconstituições





nas configurações conceituais, a partir do movimento da história e das dinâmicas sociais dela emergentes para ir respondendo aos desafios colocados na “ordem do dia” e “isso quer dizer que gênero é uma categoria social instável capaz de acomodar muitas variações e pode mudar radicalmente” (GIDDENS, 2017, p. 152). Sua importância, portanto, é centrada na medida em que as desigualdades de gênero são configuradas e consagradas nas sociedades, considerando sua maior ou menor intensidade. Elas existem em função mesmo do patriarcado, daí sua importância para construir leituras críticas às relações estabelecidas de maneira a não naturalizar as práticas de poder e de opressão como quer a colonialidade do gênero (LUGONES, 2014).

À luz disso, intenciona-se dar continuidade ao debate político e ideológico sobre como as sociedades vão se constituindo, ao longo de processos sócio-históricos, e de como as estruturas de poder normalizam a supremacia masculina, ou seja, pela, suposta, superioridade conferida ao ser masculino somada à supremacia racial branca, ambas escondidas na naturalização das relações sociais e ambas definidoras à condição do sujeito na estrutura de classes conformam o poder nas sociedades coloniais.

Esta estrutura colonial é fabricada intencionalmente e ancorada, de um lado, pelo pensamento “político-religioso” e, por outro, por numa concepção de “homem” mundo, natureza e sociedade a partir das “lentes” da Modernidade, inscrita na agência colonizadora do capitalismo, instituída já na sua fase mercantil, como uma estrutura ou um sistema social/econômico que formata e submete às existências/inexistências funcionais à sua manutenção, mas que só se generaliza na chamada era moderna, com a ocupação das Américas (QUIJANO, 2005).

O pensamento ocidental, branco e cristão contribuiu de maneira sistêmica para a dominação masculina. Miguel (2014) faz referência à ampliação do entendimento do que significa a dominação da mulher – em diferentes contextos socioculturais e momentos históricos – que, por vezes, o termo “patriarcado”, na leitura do autor, não daria conta de alcançar todos os marcadores de opressão e violência contra a mulher. Isso porque, há que se considerar que o ser mulher, existe nas suas múltiplas identidades e de gênero – como sendo expressões que vão além do que o termo “patriarcado” reúne num único conceito para falar do exercício de



poder, precisando, pois, nominar os diversos marcadores/predicados implicados e aplicados com esse termo e especificar em que corpo, em que gênero, em que contexto social, geracional, político e cultural se dão as marcas das opressões a corpos proibidos de ser (FREIRE, 2021), mas educados e ajustados para ocuparem lugares, também ajustados e sob medidas, a que lhes cabem e a desempenharem funções subalternas reprodutivas.

Nesse processo, pensando no patriarcado, e a depender do contexto sócio-histórico, a linguagem se manifesta de modo a conferir sentido conceitual adjetivado de termos e expressões, daí considerar que “os conceitos, bem como as palavras que os denominam, são históricos, sendo criados e mudados ao longo do tempo. Por isso, situá-los temporalmente é um passo importante para compreendê-los.”, (SAFFIOTI, 2005, p. 77). Compreender, pois, que a existência do “homem” não é dada ou fruto da bondade divina, mas construída no movimento social e histórico a imaginar contextos específicos. Assim, podemos considerar a insuficiência relativa deste conceito, ao desligar-se de outros como a raça e a classe, em explicar as relações de poder na sociedade moderna. Isto porque não podemos deixar de lado que a diminuição atribuída aos corpos femininos, a erotização das negras e indígenas fazem parte da justificativa das invasões e violências impetradas pela Europa. Segundo McClintock (2010) a África e as Américas podem ser vistas como “o que pode ser chamado de pornotrópicos para a imaginação europeia - uma fantástica lanterna mágica da mente na qual a Europa projetava seus temores e desejos sexuais proibidos” (p. 44). Desde as viagens invasoras o território e a terra são mirados e genereificados a partir do empreendimento imperial, sendo assim a invasão é historicamente e eminentemente branca e masculina e o patriarcado é a forma de nomeação e organização das forças históricas a partir da violência masculina.

Entretanto, Saffioti (2005, p. 42) sustenta que “[...] a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos.” Conforme a autora a dominação do homem sobre a mulher com poder e autorização de morte, da Roma antiga às expressões atuais, se prolongam como arranjos de poder instituído. Essa engrenagem se movimenta em que pese significativos avanços – como punição às transgressões e práticas de “bruxarias” e “magia negra” de mulheres – assim denominadas - e que ousaram, em processos de luta, a enfrentar as estruturas de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



poder, de modo a incidir na criação de leis e dispositivos jurídico-legais formais, inscrevendo no rol de responsabilidades do estado, o direito dos diferentes corpos a existirem, com sua proteção. Ainda assim, percebe-se que esses direitos se inscrevem na formalidade da lei, havendo uma dicotomia, um distanciamento oceânico entre seus postulados e a realidade fabricada, pois, “[...] hoje o homicídio é crime capitulado no código penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade.” (SAFFIOTI, 2005, p. 42). Destarte, se a violência é uma prática masculina anterior à modernidade o é também condição para a construção das sociedades modernas, por meio do vigor do patriarcado.

Feministas de toda ordem instauram aos seus modos a guerra ao patriarcado. Na perspectiva do feminismo radical e em diálogo transversal com os postulados com que se movimenta o feminismo socialista, essa engrenagem só terá sua “obsolescência programada” na medida da destruição total do modo de produção capitalista, pois, na medida da sua não destruição, o patriarcado continuará a existir e operar como um sistema endógeno. Isto também não significa que, sem a devida compreensão e ação política, o patriarcado tenha fim inexorável em sociedades ditas livres e/ou socialistas. O que estamos a dizer é que a dominação masculina e racial foi também instaurada por regimes de sensibilidade tomados pelo totalitarismo subjetivo e que encontra-se justificada nas estruturas psíquicas construídas pelas relações de gênero e raça nas colônias (McCLINTOCK, 2010).

Enquanto as invasões foram justificadas pelo mito da terra virgem que “é também o mito da terra vazia, envolvendo tanto uma despossessão de gênero quanto de raça” (McCLINTOCK, 2010, p. 57), a violência sexual contra as mulheres e contra o patrimônio de povos originários justifica-se também como uma versão desta permissão por invadir. Contemporaneamente, Brum (2021) diz que a ocupação da floresta amazônica e a violência contra mulheres tem a mesma conotação, a negação da arquitetura da cultura indígena na floresta e a erotização da floresta pelo mito da virgindade.

Compreender a dominação masculina ultrapassa, portanto, a história da modernidade, mas é preciso se ater à esta configuração para alcançar as estratégias do patriarcado. Saffiotti coloca que “[...] é imprescindível o reforço permanente da

PROMOÇÃO





dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado.” (SAFFIOTI, 2005, p. 41). Esse esforço faz-se importante, dentre outros, para que se tenha viva a memória sócio-histórica de como operam as forças heteronormativa, branca, cristã, eurocentrada e capitalista que, inclusive, se colocam como a - marcadas e referentes. Saffioti (2005), diz que isto visa escamotear as vísceras e os produtos (opressões) fabricados, ao longo da história da humanidade onde tais opressões sustentam que “[...] o patriarcado é um caso específico das relações de gênero” (SAFFIOTI, 2005, p. 51). Em todo caso, nas relações de dominação, a mulher é objetificada em favor da mercantilização da vida e da construção da pirâmide social, da qual a mulher negra é a base. Assim, a estrutura produtiva é também uma estrutura organizativa de produção de riquezas onde sujeitos são hierarquizadas pela raça, gênero e classe.

Refletindo sobre a “objetificação” da mulher, Miguel (2014), aponta que essa tem si manifestado na medida e na proporção em que fabrica sua negação enquanto ser de potencialidades, e sua “transcendência” se afirma seu estado de natureza, no qual deve ancorar sua “existência” servil porque a agência colonizadora de seu corpo, alma e espírito não lhe autoriza a enxergar a si com suas próprias “lentes”, mas com as dos seus “senhores” e, sendo isso expressão de verdade, como vão se perceber oprimidas, se os olhos que estão autorizados a ver não lhes enxergam nessa condição?

Essa tem sido uma das “lentes” de leitura interpretativa levada à cabo por uma espécie de fundamentalismo na sustentação dessa concepção que alimenta e encaminha práticas de manutenção desse sistema de poder operacionalizado num dos principais aparelhos ideológicos de estado, conforme Althusser (1985) – a religião -, ficando clara, pois, a relação que se estabelece sobre a questão de gênero e que configura uma das pautas que atravessa, principalmente, as lutas de enfrentamento do pensamento feminista socialista que centraliza nas suas pautas na classe. Contudo, grande parte desse movimento já está atento às interseccionalidades de raça, gênero e classe.

2.1 O debate sobre a emersão do sujeito negro interseccional

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A crítica à incompreensão de gênero, raça e classe como parte da construção de um método é feita por Akotirene (2019), diferenciando-se da posição de Kimberlé Crenshaw (2012). Para as duas, a experiência feminina negra é excluída em sua materialidade quando

Mulheres negras às vezes experienciam discriminação de modo similar a mulheres brancas; às vezes compartilham experiências similares com homens negros. Porém, frequentemente experienciam discriminação dupla – os efeitos combinados de práticas que discriminam com base na raça, e com base no sexo (CRENSHAW, 1989, p. 149.)

Quando essas duas avenidas identitárias são isoladas na análise, o ser perde sua materialidade, sua realidade, em favor de um sujeito abstrato. Certamente, isso compromete a objetividade da ciência e produz deletérios efeitos para o ser. Ora, se o ser não é entendido pela sua experiência como poderíamos pensar nos efeitos políticos da teoria? Deste modo, Akotirene propõe a interseccionalidade não só para enxergar os sistemas de opressão, mas também como método para se entender as conexões entre esses sistemas.

Se a interseccionalidade pode dar instrumentalidade teórico-metodológica ao constatar as inseparáveis conexões entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2019), também propõe uma descrição da realidade objetiva que não tem motivado os métodos de análise do capitalismo. Sabemos que há questões incontornáveis ao pensar em método, mas nos ateremos a sugerir que a interseccionalidade indica a emersão de um sujeito materialmente existente, que supera a dicotomia sujeito-objeto da ciência positivista. Se mulheres negras estão na base da pirâmide social, se são as mulheres coloniais junto às indígenas, que estão apartadas das decisões políticas e de lucro nas sociedades coloniais, ao tomarem para si a voz e a produção da ciência são também geradoras de diferenciais políticos que abastecem a imaginação do território emancipatório. A interação entre as simultâneas avenidas identitárias é, portanto base de uma posição ontológica e epistemológica. Não sem as devidas críticas a uma suposta pré decisão sobre o método, não vemos como se pode separar aqui as dimensões metodológicas e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ontológicas que produzem uma envergadura nas escolhas sobre o que é produzir ciência.

Não se pode pensar em novo enunciado sem a radicalidade de uma nova enunciante, sob pena de que o privilégio epistêmico da branquitude se disfarce em correção metodológica e depure do debate aquilo que ele traz de novo, obviamente ainda carente de rigor e teste, para o campo da produção do conhecimento. Neste sentido, o cisheteropatriarcado redefine as opressões da modernidade visibilizando as sutilezas da violência patriarcal e racial. Essa perspectiva pressupõe patamares de igualdade analítica para as condições de classe, gênero e raça e muito mais, a sua indivisibilidade.

Em outro âmbito analítico, as opressões também são compreendidas como um produto e, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de dominação do sistema político do patriarcado com que operam para submeter corpos sexualizados e racializados que se manifesta, como se sabe, de diferentes formas e em variados contextos, seja na esfera do privado âmbito doméstico, onde os homens “por decreto” são liberados das atividades relativas -, quer seja na esfera pública junto à instituições sociais e políticas. Ambas esferas constituem como espaços onde se dá o contínuo processo de fabricação das opressões de modo a oxigenar as estruturas/engrenagens que encaminham a reprodução ampliada do capitalismo, vez que “[...] as hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se levem em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens.” (BIROLI, 2018, p. 18)

Essa reflexão articula questões de gênero para se compreender como a “geografia” de produção de opressões arquiteta a divisão social e sexual do trabalho e condiciona/direciona corpos femininos para o exercício das atividades “subalternas” nessa esfera, visto que há uma concepção que confere pouca ou quase nenhuma importância do trabalho doméstico, quando se refere à produção de mercadorias. Isso porque, nessa esfera, o trabalho cunhado não produz valor de troca. Sendo importante pontuar que a questão de gênero, também tematiza uma outra questão de igual relevância, qual seja, a questão racial, porque nessa estrutura de opressão e dominação, não são todas as mulheres que estão condicionadas e

PROMOÇÃO



APOIO





submetidas – numa linha horizontal de opressão - a exercerem determinados papéis e a ocuparem lugares (não lugares) no conjunto da sociedade e, isso, está conforme Biroli (2018), quando assiste que “[...] a divisão sexual do trabalho é um lócus importante na produção do gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe.” (BIROLI, 2018, p. 19) e, que por extensão disso e pela égide do *patriarcado público*, a participação da mulher na vida social e política já estaria condicionada em função dessa relação de poder e dominação, ficando ao largo questões como cidadania, democracia, igualdade de participação na reivindicação de suas demandas ficando, pois, sub-representada pelos seus “senhores”, e à margem do debate público.

Por conta disso e por não considerar a diversidade social em sua dimensão global, é necessário “[...] que o materialismo histórico reavalie sua análise da opressão às mulheres na sociedade capitalista.” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 31), para que, desta forma, se compreenda o que significa a opressão de gênero, visto que esta articula e guarda relações indissociáveis entre família e o modo de produção capitalista e, sem essa relação, a ciência do capital não daria conta de compreender, interpretar e explicar a sociedade de mercado porque esse sistema engendra *a matriz de dominação que engloba raça, classe e gênero*.

3 CONCLUSÃO

Certamente, este debate sobre o gênero, classe e raça segue aquecendo as disputas teóricas, em torno da pretendida definição do sujeito histórico no capitalismo. Entretanto, o que está no cerne dessa discussão é a compreensão da própria realidade, cujas definições objetivas movem o entendimento da história e seus agentes.

O feminismo deslocou o tradicionalismo das análises apresentando como sujeito àquelas que foram excluídas da produção dos cânones e, contemporaneamente, outras tantas, de diferentes materialidades, questionam o próprio feminismo como lugar de privilégio das mulheres brancas e, deste modo, acrescentam e diversificam a análise incorporando as minorias raciais. Outrossim,

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ao fazer isto, o que emerge são negras e indígenas como sujeitos epistêmicos (não mais como objetos epistêmicos) problematizando o debate sobre o capitalismo.

Neste sentido, este texto apresentou apontamentos necessários à elaboração dos métodos, mas também à relação entre ontologia e método, complexificando a compreensão das estruturas de poder. O patriarcado, como forma moderna de amalgamento da suposta superioridade masculina, condensa relações desiguais às quais é preciso enfrentar. Contudo, a dominação masculina não pode ser resumida às categorias emergentes na modernidade, uma vez que a invasão dos territórios é orientada pela mitificação e diminuição do feminino e da raça. Assim, a visada sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, em suas variadas formas históricas, voltam às costas da relativa eficiência das categorias em criticar o seu nascedouro: a modernidade. Temos, portanto, como tarefa política a necessidade de observar atentamente quando a intersubjetivação do conhecimento vence a objetividade, comprometendo o entendimento da realidade. Criar categorias vívidas para compreender a gênese histórica é ir de encontro às estabilidades dos métodos.

Nossa sociedade se organiza por meio da violência: a violência de gênero é, ao mesmo tempo, vivida na raça – que é a melhor forma de configuração da classe nas sociedades latino americanas. O acesso ao legado ancestral produzido por mulheres – quando da inserção destas aos universos de elaboração teórico-política – abre fendas para a elaboração de estratégias vivenciadas nas colônias pela organização societal, e mantidas e reelaboradas na contemporaneidade. Temos muito a aprender com as mulheres. Isso nos permite ver o capitalismo a partir de seus efeitos e, portanto, alcançá-lo em sua materialidade e objetividade (GIVIGI, 2020). A venda nos olhos só pode ser tirada pela inquietação provocada por aquelas que estão excluídas dos benefícios supostos do capitalismo. Ouçamos, portanto, as vozes que ousam falar desde as periferias, fronteiras e margens e emergem como possibilidades de universos emancipatórios: as mulheres excluídas do privilégio do enunciante moderno.

Ante ao exposto, reafirmar que as opressões fabricadas pela moenda do capital requerem que sejam reinterpretadas para além das “lentes” filosóficas do Materialismo Histórico e Dialético, precisando ser incorporadas as nuances epistêmicas das interseccionalidades de gênero, raça e classe, visto que esses são



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



marcadores de análises sociais que se somam na tarefa histórica de nos contrapormos. Diante disso, reafirmamos que a reificação do capital, não incide no fim da história, e que o esperar de Paulo Freire, se constitui na ordem do dia para fazer imprimir outras bases de sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte- MG: Letramento: Justificando, 2018.

_____. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BRUM, E.; ÓKOTÓ, B. **Uma viagem à Amazônia centro do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> ; setembro de 2012.

FERGUSON, S; MCNALLY, D. **Capital, força de trabalho e relações de gênero**. Revista Outubro, v. 29, p. 23-59, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GIDDENS. A. **Conceitos essenciais da sociologia** / Anthony Giddens, Philip W. Sutton; traduzido por Claudia Freire. – 2 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GIVIGI, A. C. N. Mulheres do candomblé e suas lutas ontológicas: Caxuté, um terreiro camponês e a educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 17, p. 450-470, 2020.

_____. (MATAMBALE), A. C. N.; AVELINO (MAKOTA), C. B. S.; DORNELLES (KOKULEHOXI), P. G. Mulheres que nascem do barro: o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

legado de candomblé e a filosofia de suma qamaña na construção do território-caxuté. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 69–73, 2021. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/373>. Acesso em: 13 jun. 2023.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e feminismo**. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014.

_____. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, 2008. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=39600906>. ISSN 1794-2489. Acesso em: 20 set 2019.

MIGUEL, L. F. **Feminismo e política [recurso eletrônico] : uma introdução** / Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales (CLACSO), 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **GÊNERO E PATRIARCADO: A NECESSIDADE DA VIOLÊNCIA**. IN: Marcadas a ferro. Violência contra as mulheres: uma visão interdisciplinar. Brasília: Presidência da República/ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SANTOS, J. S. dos. **Descolonizar: a prática e o sexo** / Jenniffer Simpson dos Santos, Rochele Fellini Fachinetto, Rosimeri Aquino da Silva (Orgs.) 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2019.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES- Centro de Estudos Sociais, trimestral**, n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1546?file=1>. Acesso em 20 set. 19.

_____. **La Crítica de la Colonialidad en Ocho ensayos y una Antropología por Demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO

